

# Como ampliar a atuação das redes de comunicadores na pauta socioambiental?

Confira estratégias para fortalecer a comunicação em prol do engajamento social para a ação climática, conservação ambiental e valorização de povos e comunidades tradicionais

## Objetivo

As informações deste resumo servem para a elaboração e implementação de políticas públicas, planos, programas e projetos que apoiam a atuação de comunicadores socioambientais na Amazônia. Este conteúdo é direcionado a gestores públicos, legisladores e organizações da sociedade civil de apoio e de base comunitária.

As discussões permeiam os objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).



## Mensagens-Chave

**A.** A comunicação é um tema estratégico para a conservação da Amazônia, o enfrentamento da crise climática e a proteção de povos e comunidades tradicionais.

## Recomendações

- A.1.** Investir em infraestrutura adequada e realizar capacitações para comunicadores de base, preparando-os para novas redes, ferramentas e formatos de comunicação;
- A.2.** Fomentar a comunicação desenvolvida por povos e comunidades tradicionais, especialmente pela juventude, promovendo a pluralidade de vozes;
- A.3.** Desenvolver uma comunicação diferenciada para o público interno e externo, que valorize as ações das comunidades e combata a desinformação;
- A.4.** Criar protocolos para a proteção de comunicadores em casos de denúncias e sensibilizar para uma comunicação que vá além do confronto, utilizando-a como ferramenta de valorização cultural.

## Introdução

A elaboração deste resumo foi subsidiada pela experiência do LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica, uma iniciativa do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. O documento reflete uma visão construída coletivamente, junto a diversos atores que vivem e pensam a Amazônia. Contribuições importantes foram geradas a partir das discussões feitas em novembro de 2023, durante o Seminário Legado Amazônico, que reuniu 77 organizações locais de base (indígenas, extrativistas, cooperativas), 40 organizações da sociedade civil, 13 instituições de governo (federais e estaduais), cinco redes/movimentos sociais (extrativistas, indígenas e quilombolas), 10 organizações com fundos de financiamento, 10 organismos internacionais, 15 instituições de pesquisa e 10 empresas – todos engajados na conservação do bioma.

Aqui, abordaremos estratégias para fortalecer a atuação das redes de comunicadores na divulgação e no engajamento de pautas socioambientais. É essencial promover a capacitação e o engajamento das redes, principalmente da juventude, melhorando a comunicação interna e externa e fortalecendo a governança ambiental.



## A. O papel dos comunicadores na Amazônia

A comunicação é um processo transversal e um tema estratégico, podendo influenciar significativamente o engajamento das comunidades, a efetividade de projetos de conservação e a mudança de comportamentos e atitudes da sociedade (Lange et al., 2022). Uma boa comunicação fortalece as relações entre instituições, governos e comunidades tradicionais, além de contribuir para que moradores de centros urbanos conheçam mais sobre a Amazônia, seus povos e comunidades tradicionais e entendam como a degradação do bioma afeta suas vidas.

Fortalecer a infraestrutura de comunicação é essencial para garantir que os comunicadores de base tenham acesso a capacitações técnicas e equipamentos adequados para atuar de forma efetiva. Através de formações específicas, é possível qualificar o trabalho desses comunicadores, aprimorando a comunicação interna (que visa informar as comunidades) e a comunicação externa (para dar visibilidade às ações realizadas). Também é importante capacitá-los no uso de novas redes, mídias, ferramentas digitais e formatos de comunicação, abordando diferentes linguagens e formatos adaptados a diversos públicos e preparando-os para combater a desinformação.

O acesso a editais de bolsas e programas de formação também é fundamental para promover a troca de saberes e aprimorar as habilidades dos comunicadores. No entanto, desafios significativos, como a conectividade à internet, logística e fornecimento de energia elétrica, afetam a atuação das redes de comunicadores nos territórios e devem ser considerados.

A participação ativa dos jovens cumpre uma dupla função: engajá-los nas agendas comunitárias socioambientais e estimular sua permanência nos territórios, aproveitando sua abertura ao aprendizado de novas ferramentas e plataformas. O engajamento dos jovens requer um esforço coletivo, envolvendo a formação de novos grupos ou a integração em coletivos já existentes, além da legitimação de sua presença em associações, coletivos e conselhos (Rights and Resources Initiative, 2022).

Na Amazônia, diversas iniciativas têm emergido para fortalecer a presença e a voz das comunidades locais. As redes desempenham um papel crucial na disseminação de informações e na promoção de um diálogo mais inclusivo sobre questões ambientais e sociais.

Um exemplo é a Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas, um coletivo associado à FOIRN e apoiado pelo Instituto Socioambiental, que atua nas regiões do Médio e Alto Rio Negro com o objetivo de promover a autonomia dos comunicadores na produção de conteúdo. Entre suas iniciativas estão o programa de entrevistas Papo de Maloca, o Podcast Wayuri e o Cinema Japu, que têm contribuído para o fortalecimento da voz indígena na mídia. Outro exemplo é a SUMAÚMA, uma plataforma de jornalismo focada na Amazônia, cuja missão é enfrentar a crise climática e a sexta extinção em massa de espécies, promovendo a formação de uma nova comunidade global. Desde seu lançamento, a plataforma publicou 260 histórias e gerencia a Rádio Sumaúma e o programa de formação Micélio Sumaúma.

Além desses, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) tem desenvolvido projetos como o Vozes pela Ação Climática Justa (VAC), Proteja Educa, o II Encontro da Juventude Extrativista e o I Encontro de Comunicadores Extrativistas.

## **Políticas Públicas**

A ampliação das ações de comunicação para incidência política e valorização de povos e comunidades tradicionais contribui para a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

A PNGATI estabelece, no artigo 4º, inciso V, eixo 5 j), "promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas". Já no inciso VII, eixo 7 e), "promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada" (Brasil, 2012).

O SNUC estabelece, no artigo 5º, um conjunto de diretrizes. Destacam-se os incisos: II, "assegurar os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação"; III, "assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação"; e V, "incentivar as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação" (Brasil, 2000).

Já os objetivos da PNPCT, conforme o artigo 3º, inciso V, dizem respeito a "garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais". Da mesma forma, o inciso X visa "garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social" (Brasil, 2007).

A PNMC possui como um de seus objetivos, segundo o artigo 3º, "a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos". Ainda, possui entre suas diretrizes, segundo o artigo 5º, "a promoção da disseminação de informações, a educação, a capacitação e a conscientização pública sobre mudança do clima" (Brasil, 2009).

## **Legado Amazônico**

O LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica é uma iniciativa integradora que potencializa ações de conservação da Amazônia através de três componentes:

1. O Fundo LIRA, que financia projetos socioambientais com povos indígenas e comunidades tradicionais;
2. Gestão do Conhecimento e Inovação;
3. Políticas Públicas Socioambientais.



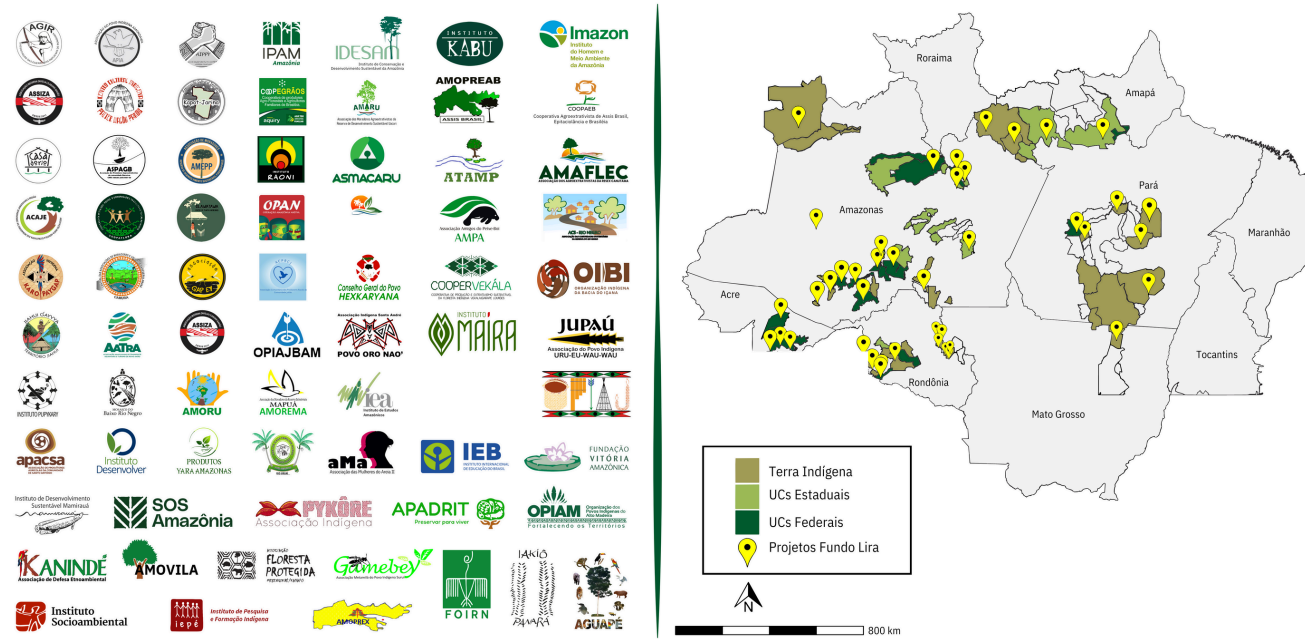
## Policy Brief

Como ampliar a atuação das redes de comunicadores na pauta socioambiental?



O LIRA articula uma rede de 125 organizações com atuação em 5 estados com bioma amazônico, através da execução de 50 projetos em 59 áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de Conservação), promovendo a conservação da biodiversidade, o bem-viver de povos e comunidades tradicionais e a resiliência climática.

## Rede LIRA



A série de resumos para políticas públicas agrega as sínteses dos aprendizados e diretrizes discutidas dentro do Seminário Legado Amazônico com diversos colaboradores, listados abaixo. Caso tenha interesse em outros temas discutidos, como mercado de carbono, financiamento para conservação e cadeias da sociobiodiversidade, acesse: <https://lira.ipe.org.br/resultados-impactos/>

Para acessar outros materiais da iniciativa, acesse: <https://lira.ipe.org.br/>

## Sobre o IPÊ

O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas é uma organização brasileira da sociedade civil fundada em 1992. Atua através de projetos nos biomas Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal e Cerrado, aplicando um modelo de conservação que envolve pesquisa, educação e negócios comunitários. Nossas iniciativas atuam na prática para a conservação da biodiversidade, conectividade da paisagem, desenvolvimento socioeconômico, enfrentamento dos desafios climáticos e incidência política. Nessa direção, políticas públicas asseguradas são estratégicas para a conservação da sociobiodiversidade.

## Parceiros Financiadores



## Colaboradores

Adeilson Lopes da Silva (SOS Amazônia), Adriane da Silva Formigosa (Consultora), Adriano Mendonça Fernandes (ICMBio), Adevane da Silva Araújo (SEMA - AM), Aldeci Cerqueira Maia (Reserva Extrativista Cazumba Iracema), Alex Borba Surui (Associação Gap Ey), Aloisio Cabalzar (ISA), Ádila Mattos (Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amazonas - SEMA), Antônio de Jesus Ferreira de Silva (FLONA), Antônio Rogério Vieira Mendes Apurinã (ASPACS), Baira Amondawa (Associação do Povo Indígena Amondawa), Bonifácio Jose (OIBI), Bruna Lima de Souza (IEA), Bruno Rodrigues da Silva (Ministério dos Povos Indígenas), Claudio Martins (BOSSAPACK), Cleiton Ramos Macedo (Associação do Povo Indígena Jiahui - APIJ), Cloude Correia (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB), Christina Pastorino (ICMBio), Chris Lopes da Silva (IEB), Daniel Costa Pinheiro (IMAZON), Daniel Grimoni Alfarella (SELVAGEM - Ciclo de Estudos Sobre a Vida), Daiane Tenharin (APITEM/OPIAM), Denise de Sousa Kaiapó Costa (ASSOCIAÇÃO AIPPY), Derick Lima Farias (IEB), Edilson Martins Pinheiro (APACSA), Edmilson Fragoso da Silva (Associação de Moradores do Rio Unini - AMORU), Elias Andrade Duarte (ASARC), Ennio Salvador Sobreira Lima (IEB), Etelvina Leitão da Costa (AMOVILA), Evando da Silva Costa (AIPPY), Fernando Augusto Fileno (IEPÉ), Fernando Viana Rodovalho (IPÊ), Fabricio Surui (Centro Cultural Wagôh Pakob), Francisca Elizeu de Brito (AMORU), Francisco Gonçalves de Lima (OPIAJBAM), Francisco Oliveira (SEMA/AM), Gabriela Potei Amondawa (Associação do Povo Indígena Amondawa), Gisele de Castro Maciel Valdevino (AMPA), Hyllen Gonçalves da Silva Apurinã (Instituto Pupýkary), Ian Leite dos Santos (CAMURA/RDS AMANÃ), Ingrid Silva de Freitas Fagundes (Fundação Vitória Amazônica), Israel Vale Junior (Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé), Janaina Araújo de Oliveira Apurinã (Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi - OPIAJ),

Janaina Araújo de Oliveira Apurinã (Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi - OPIAJ), Jakeline Pereira (IMAZON), Jakeline Ramos Pereira (IMAZON), Jorge Nildo Torres dos Santos (RDS Igapo Acu), José Eduardo Lozano Badialli (IPÊ), José Maria Carneiro de Oliveira (TAMPA), José Palahv Gavião (COOPERVEKALA), Jéssica Cristina Carreira (AGUAPÉ), Jailson Freire Ferreira (SEMA), Jailson Freire Ferreira (SEMA-AM), Leandro Naveca Martins de Castro (Gov. do Acre / Representação), Luiz Weymilawa Surui (Associação Gap Ey), Lourdes Maria Pinheiro (COOPAFLOA), Lucca Vichr Lopes (IPÊ), Maria Hildete Marinho Araújo (FOIRN), Maria Hildete Marinho Araújo (FOIRN), Marcelo Limont (IPÊ), Mizael Lima da Silva (Associação Indígena Pykôre), Monica Apolinario (OIBI), Milena Alves Fernandes (COOPAFLOA), Milena Alves Fernandes (COOPAFLOA), Mopa Kayapo (Associação Indígena Pykore), Nildo Pereira de Jesus (COOPAFLOA), Pedro de Araújo Lima Constantino (USFS), Pedro Meloni Nassar (Instituto Mamirauá), Peranko Panara (Associação Yakio), Raimundo Leite de Souza (Associação De Povos E Comunidades Tradicionais), Renan Reis de Souza (IEPÉ), Ricardo Mello (WWF BRASIL), Ricardo Peng (ICMBio), Rogério Eliseu Egewarth (ICMBio), Rogério Eliseu Egewarth (ICMBio), Sandro Augusto Regatieri (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá), Sâmea Souza de Lima Apurinã (OPIAJBAM), Stephanie Carolina da Silva Rezende (ASSIZA), Stephanie Jenane Figueira Gadelha (IMAZON), Thayna Tamara Souza da Silva (Associação SOS Amazônia), Thayna Tamara Souza da Silva (Associação SOS Amazônia), Tiago Juruá Damo Ranzi (ICMBio), Veronica Pinheiro de Souza de Carvalho (Selvagem Ciclo de Estudos), Valcemir Monteiro da Silva (APADRIT), Vera M. F. da Silva (AMPA - Associação Amigos do Peixe-Boi),

## Policy Brief

Como ampliar a atuação das redes de comunicadores na pauta socioambiental?



## Colaboradores

Walelasoepileman Cristovao Surui (KANINDÉ),  
Wendell Andrade de Oliveira (Instituto Talanoa),  
Yasmim Silva de Freitas (Fundação Vitória  
Amazônica).

## Organizadoras

Fabiana Prado, Angela Pellin, Leticia Lopes  
Dias, Leticia Umbelina e Neluce Soares.

## Créditos

**Ilustração** - Érica Bettiol

**Foto** - Acervo LIRA

**Diagramação** - Colibri: Arte e Comunicação

## Referências

BRASIL. Decreto nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Planalto, **Brasília**, 18 jul. 2000. Art. 4 e 5.

BRASIL. Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Planalto. **Brasília**, 7 de fev. De 2007. Art no 3.

BRASIL. Decreto no 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre a Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Planalto. **Brasília**, 29 de dez. De 2009.

BRASIL. Decreto no 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Planalto. **Brasília**, 5 de jun. De 2012. Art no 4.

LANGE, E.; SHARKEY, W.; TICKELL, S.; MIGNÉ, J.; UNDERHILL, R.; MILNER-GULLAND, E. Communicating the Biodiversity Crisis: From “Warnings” to Positive Engagement. **Tropical Conservation Science**, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1177/19400829221134893>

RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE. **Young, Indigenous, Afro-Descendant, and Local Latin American Communities United for the Defense of Ancestral Territories.**

Rights and Resources Initiative, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.53892/WHP17208>